

Brasil e Argentina: Do conflito à cooperação nuclear

Glória Maria Miranda de Freitas (UEPB)
glorinha.miranda@hotmail.com
Karen Barbosa Cavalcanti (UEPB)
karenbarbosa_@hotmail.com

Resumo: Neste trabalho que segue abordaremos a passagem do estado de conflito entre Brasil e Argentina para o estabelecimento da cooperação no âmbito do desenvolvimento de tecnologia nuclear para fins pacíficos. Para isto, trataremos do conflito na Bacia Cisplatina, as particularidades das ações individuais nesta área de desenvolvimento tecnológico; o Tratado de Tlatelolco; as características de política externa de ambos os países nesta temática; o posicionamento das elites locais, bem como os caminhos que levaram à consolidação da cooperação em questão e por fim, a criação da Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC), de suma importância para o andamento desta cooperação.

Palavras-chave: Cooperação nuclear. Brasil. Argentina. ABACC.

Abstract: This work will focus on the following passage from the state of conflict between Brazil and Argentina for the establishment of cooperation in developing nuclear technology for peaceful purposes. For this, we will discuss the conflict in the Basin Cisplatin, the particularities of individual actions in this area of technological development, the Treaty of Tlatelolco, the characteristics of foreign policy of both countries on this issue, the placement of local elites, as well as the ways in which the consolidation of cooperation in question and finally, the creation of the Brazilian-Argentine Agency for Accounting and Control of Nuclear Materials (ABACC), of paramount importance for the progress of such cooperation.

Key-words: Nuclear Cooperation. Brazil. Argentina. ABACC

Introdução

Durante o período do regime militar vivido tanto pelo Brasil quanto pela Argentina, tivemos uma disputa tecnológica nuclear oriunda da incerteza brasileira de que a Argentina poderia estar construindo uma bomba atômica, desencadeando então um clima de tensão e hostilidade entre ambos, o que resultou na iniciação de um Programa Nuclear Brasileiro. Porém, entre 1990-91, iniciou-se a cooperação entre eles devido à reconfiguração política, com o fim da URSS e a permuta para governos democráticos, tanto na Argentina quanto no Brasil por ter findado seus respectivos períodos de ditaduras militares. Tendo em vista a natureza dos conflitos outrora existentes, a cooperação nuclear entre eles visou o fortalecimento do *status* político e o desenvolvimento tecnológico e econômico para ambos, jamais com a intenção belicosa.

Levando isto em consideração, podemos dividir o relacionamento entre o Brasil e a Argentina em três blocos:

A integração bilateral Brasil-Argentina conduziu-se através de destacados ciclos: a) *primeira etapa*, marcada pelos antecedentes

da difícil e lenta aproximação entre dois Estados rivais; b) *segunda etapa*, com início em 1985 e o registro dos governos em transição democrática; [...] c) *terceira etapa*, concretizou-se pela solidificação das bases da integração (Oliveira, 1998).

A primeira fase deste ciclo pode ser emblemada com os conflitos nos quais os dois países em questão estavam envolvidos, a exemplo disto, temos a Bacia Cisplatina, palco de disputas e discórdia. Outro exemplo fica a cargo das ditaduras militares vividas por eles, época em que se despertaram disputas e deu-se início ao desenvolvimento tecnológico nuclear em ambos, o que despertou na Comunidade Internacional um alerta para uma possível “corrida armamentista”. O segundo ciclo é marcado pelo cessar das ditaduras militares, onde se iniciou conversações e entendimentos entre os dois países em questão e por fim, temos a terceira etapa, que se caracteriza pelo estabelecimento da diplomacia compartilhada e também, pela integração entre Brasil e Argentina, aonde vimos emergir a cooperação nuclear, alvo deste trabalho, como também a formulação do MERCOSUL.

Para o bom entendimento deste artigo, explanaremos o principal conflito entre o Brasil e Argentina, que tem como marco iniciatório a área da Bacia Platina, os trabalhar com tal temática e, por fim, a atuação e as finalidades da ABACC - Agência Brasileiro - Argentina de Contabilidade e Controle.

1. Histórico de conflito

O relacionamento entre Brasil e Argentina sempre fora marcado por diversos conflitos, conflitos estes, que nem sempre foram criados diretamente por eles, ou por problemas que os abatiam em meados dos anos 60 e como estes conflitos e problemas chegaram ao fim, propiciando o começo da cooperação nuclear. Pontuaremos características da política externa de cada um desses países e como as mesmas visam

seus recentes governantes, mas sim herdados. Os conflitos embutidos nas áreas da Bacia Platina é um bom exemplo para tal afirmação, pois esta questão vem desde o século XVII, onde a divisão das Bacias Hidrográfica Amazônica e Platina, entre os países de Portugal e Espanha, não foi bem sucedida, fato que se tornou o marco dos embates entre os dois países, até mesmo anos mais tarde.

Mais importante, entretanto para o futuro da América do Sul é a luta de poder entabulada na outra zona de conflito do continente

meridional: a bacia do rio da Prata. Aqui os protagonistas são os dois Estados mais poderosos da América Latina e a recompensa seria a caudilhagem e o império do continente sul. De um lado está a Argentina, quase toda em zona temperada, com as mais ricas terras agrícolas do continente e uma população branca, energética, dinâmica e com sonhos imperiais; do outro lado está o Brasil, o maior estado da América Latina, com uma população superior em mais de três vezes à do vizinho sul, mais rica também em recursos minerais. Esta rivalidade tem para a constelação política do continente sul a mesma importância e sentido que a rivalidade França-Alemanha na Europa Ocidental ou a antiga rivalidade Áustria - Rússia na Europa Oriental (Spykman , 1944 *apud* Diaz e Braga, 2006).

Passado este fato, chegamos à década de 60, onde ambos são balançados por problemas não apenas internos como também externos. A Argentina, se comparada ao Brasil, ficou ainda mais abalada com as conseqüências destes problemas, o que dificultou seu desenvolvimento sócio-estrutural-financeiro ao longo do tempo. A origem de alguns problemas argentinos, no seu âmbito interno, pode ser resultante da concentração demográfica, ocorrida em decorrência do despovoamento do interior e das regiões fronteiriças; do desmantelamento de sua base industrial e da sua ruína financeira, efeito da política monetarista recessiva da ditadura militar. (Almeida, 1997 *apud* Diaz e Braga, 2006). No plano externo, temos outra fonte de abalo para os argentinos, em parte propiciado pelos brasileiros, vivenciada através da questão da hidrelétrica de Itaipu, tida como “fato consumado” a perda para os chilenos a disputa pela soberania sobre o estratégico canal de Beagle; e para a Inglaterra, com a aventura da ocupação das Ilhas Malvinas, seguidas do fiasco militar vivido na Guerra das Malvinas, conforme asseverou Almeida (1997) *apud* Diaz e Braga (2006).

Concomitante a isto, o Brasil também enfrentou problemas neste mesmo período, igualmente no plano interno e externo. Conforme o mesmo autor supracitado, estes problemas também foram oriundos e resultantes da ditadura militar que foi fortalecida e expandida para o âmbito internacional, e que apesar de ter vivido o “milagre econômico”, conheceu um longo período de recessão, hiperinflação, gerou um montante de obras paralisadas, censura e desaparecidos políticos.

Contudo devemos destacar que o Brasil conseguiu se sair bem melhor deste período de crise, fator que culminou em uma maior visibilidade deste na América do Sul como também influenciou positivamente sua disputa pela hegemonia desta área. O General

argentino Juan Enrique Guglielmelli, (1979) *apud* Diaz e Braga (2006), cita fatos que colaboraram para tal situação, a saber, o avanço sobre os países menores, a cooperação no desenvolvimento destes países em setores requeridos por sua própria economia, o bloqueio à cooperação ou aos projetos da Argentina e o ganho sob empreitadas de construção de grandes obras hidrelétricas, além de ajudas técnicas e financeiras a alguns países latinos, como o Paraguai.

Sendo assim, apesar dos conflitos supracitados, o Brasil e a Argentina, conseguiram contornar suas divergências, solucionando então a questão da Cisplatina e de Itaipu, este último através da assinatura do Acordo de Itaipu (i.e. um acordo tripartite entre Argentina, Brasil e Paraguai, assinado em 10 de outubro de 1979), questões que beligeraram por muito tempo o relacionamento entre eles. Empreenderam em meados da década de 80 uma cooperação bilateral, que conforme percebida foi fortemente influenciada pela redemocratização dos dois países com retorno de civis ao poder, no Brasil em 1985 e na Argentina em 1983.

2. Brasil e Argentina: particularidades em seus empreendimentos

Com o avanço das fontes de informações e de subsídios à melhoria de tecnologia nuclear, muitos países dedicaram-se ao desenvolvimento de suas próprias tecnologias, desencadeando um cenário de corrida armamentista. O que não foi diferente ao Brasil nem à Argentina, que encabeçaram estudos nesta área, destacando-se na produção deste tipo de tecnologia, vindo então dominar a tecnologia do programa de enriquecimento de urânio e da produção de energia nuclear. Este fato, e a histórica rivalidade entre eles, criaram uma desconfiança mútua de que o outro estaria construindo “a temida arma que desempataria o jogo delicadamente equilibrado de poder no Cone Sul: a bomba atômica.” (OLIVEIRA, 2009)

Assim, “Ter ou não ter a bomba era o grande entrave da integração nuclear entre Brasil e Argentina” asseverou, Odete Oliveira (1998). Ressaltamos que este fato colaborou profundamente para que ambos iniciassem a cooperação em torno desta temática, retirando a desconfiança existente na Comunidade Internacional, de que este desenvolvimento tecnológico visava um confronto bélico.

Destarte, este ponto visa analisar individualmente as particularidades dos empreendimentos de cada um destes países para o desenvolvimento de suas tecnologias nucleares. Com relação ao Brasil, o empenho na busca de tecnologias nucleares remonta aos anos de 1934 no campo da Física Nuclear da Universidade de São Paulo, anos depois se estende a outras instituições acadêmicas. Na década de 50, por meio do Almirante Álvaro Alberto, cria-se o Conselho Nacional de Pesquisa e com isso são fixados convênios com institutos de pesquisa, a saber, em Belo Horizonte, São Paulo e no Rio de Janeiro, equipados com reatores experimentais, sofisticados laboratórios e grupos de estudos, obtendo significativos resultados: projetaram e construíram um reator de pesquisa (tipo Argonauta) e fabricaram seu próprio combustível. (OLIVEIRA, 1998).

Entre as décadas de 40 e 70, foi firmada parceria com os Estados Unidos, contudo, esta resultou em malefícios ao Brasil, pois comprometia seus minérios atômicos, a mesma visão negativa, se tem do acordo com a Alemanha (1975), pois acarretou sérios prejuízos à soberania nacional e ônus à dívida externa do país. Nos anos 70, foi implantado pelo presidente Geisel, um projeto de criação de um importante parque nuclear, assim, iniciaram-se as obras civis da Usina Nuclear de Angra I, depois, tivemos Angra II, oferecendo ao sistema elétrico mais 1300 MW e Angra III, onde boa parte de seus equipamentos já estão comprados, e sua construção é questão de tempo.

Tudo isto representou um grande avanço, e como se viu, segundo a página oficial da Nuctec na internet, “[...] o Brasil dava um passo definitivo para o ingresso no clube de potências atômicas e estava assim decidido o futuro energético do Brasil, dando início à "Era Nuclear Brasileira". Como se perceberá no ponto seguinte, a Argentina teve mais progresso nesta área de desenvolvimento tecnológico quando comparada ao Brasil, e isto foi fator influenciador para que a cooperação tomasse fôlego e se desenvolvesse. Mas não podemos deixar de destacar, quão o Brasil prosperou, dentro de suas possibilidades, no tocante a questão nuclear, contudo, segundo a página oficial da Nuctec,

era de se imaginar que o desenvolvimento transcorreria numa velocidade maior, porém ainda são obscuras as reais causas que impediram este deslanche, e o país não passou da instalação de alguns centros de pesquisas na área nuclear.

Com relação à ação argentina, ela se deu através do PLAN - Plano Nuclear Argentino, que visava seu próprio e individual desenvolvimento por meio da prosperidade da sua força

humana e da matéria-prima visando à fabricação de seus próprios reatores e equipamentos em geral e principalmente, vislumbravam conquistar a hegemonia do país através do urânio. Este objetivo não é tão impossível, visto que a Argentina detém suficientes reservas de jazidas de urânio além de usinas nucleares, a saber, Atucha I e Embalse Río Tercero (em Buenos Aires), em Arroyitos, uma usina de enriquecimento de urânio de grande magnitude em Pilcaniye, além de outras, em fase experimental (OLIVEIRA, 1998).

Tendo tudo isto sob conhecimento, a Argentina se transformou na segunda potência nuclear do “Terceiro Mundo”, dedicando-se também à projetos de rejeitos atômicos e de submarinos nucleares. Isto fez com que a desconfiança do Brasil aumentasse cada vez mais, pois,

Seus esforços buscavam, a qualquer preço, o domínio completo do ciclo do combustível nuclear, o desenvolvimento das tecnologias de reprocessamento e do enriquecimento do urânio e avançar em direção à tecnologia do plutônio. Tudo estava a indicar que a bomba atômica daquele país deveria ser desse material (Odete Oliveira, 1998)

Tendo caracterizado, brevemente, as iniciativas de cada país, percebemos que ambos, cada um à sua maneira e dentro de seus limites, tiveram importantes avanços em suas capacitações técnicas – científicas. E que a vontade de continuar a desenvolver este campo de ação, não está perto de estagnar, o que apenas lhes restam é a obtenção de convergência total, para que não continuem a agir individualmente, mas em conjunto, o que renderia incontáveis resultados positivos. Isto foi percebido por eles, e por meio desta reação, foi estabelecida a transição do conflito para a cooperação na área nuclear, que tende a gerar bons frutos para ambos, e principalmente para a América Latina como um todo, visto que esta cooperação tende a se expandir para todo o Cone Sul.

3. Respectivas políticas externas voltadas à cooperação nuclear

Devido a evolução do Brasil e da Argentina na questão da cooperação nuclear, tanto por meio da aproximação vivida na década de 80, e da permuta destes governos para a democracia, como já foi abordado, tivemos ao longo do tempo a remodelagem e a implantação de novos temas nas agendas de política externa de ambos, e essencialmente, todas de caráter convergente. Esta situação é tida por Hirst e Bocco (1989) como “diplomacia nuclear compartilhada” (p.9) que vem a preceder e substituir as ações

individuais que ambos empreitavam em fóruns multilaterais. Fato importante, e destacado por Hirst e Bocco, onde esta agenda comum, que passou a ser construída, não visava exclusivamente ações do Brasil e da Argentina na questão nuclear, mas também em outras questões de segurança internacional, como por exemplo: a situação do conflito no Cone Sul da África e a exploração dos recursos pesqueiros e minerais do Atlântico Sul. Os autores citam ainda, quanto à questão nuclear,

a preocupação face à pretensão de alguns países industrializados em converter as fossas marinhas do Atlântico Sul em depósitos de detritos nucleares e tóxicos, assim com a possibilidade de uma maior presença de submarinos nucleares na região. (HIRST e BOCCO, 1989, p.10).

A seguir trataremos, brevemente, das posições adotadas quanto à política externa do Brasil e da Argentina no tocante à demanda nuclear. Concomitantemente a política externa argentina quanto à proliferação nuclear e ao desarmamento, a política externa brasileira tinha como objetivo aumentar o seu empenho na constante busca da presença da paz no âmbito internacional, como também em desarticular a estrutura de tecnologia e de indústria de armamentos não convencionais. Para atingir tais objetivos, os autores Hirst e Bocco (p.9) apresentam dois princípios básicos de ação, que norteavam as atividades da agenda externa brasileira na época, seriam eles: 1- no plano interno, as políticas seriam identificadas em função da política nacional, na qual a energia nuclear ocuparia um lugar destacado; 2- no plano externo, teríamos sua política de defesa do desarmamento geral e completo.

Já o ponto central da posição adotada pelo governo argentino diz respeito à sua ânsia de deter um importante papel nos empreendimentos que visassem manter e estabelecer a paz nos conflitos e nas divergências em voga, além disto, desejava também, “[...] impulsionar acordos internacionais que permitam frear e reverter a corrida armamentista [...]” (Hirst e Bocco, p.9). Para que isto fosse alcançado, o governo argentino implementou em sua agenda externa três critérios básicos e norteadores de suas ações, onde eles eram pontuados, da seguinte maneira: 1- dar prioridade à contenção da demanda de proliferação nuclear (verticalmente); 2- assegurar simetricamente as obrigações entre aqueles que possuem e os que não possuem armas nucleares, evitando assim a proliferação horizontal e por fim, implementar a adoção de medidas justas de desarmamento a fim de que um Estado não se sobreponha ao outro, subjugando-o.

Claramente, percebemos a semelhança quanto à pauta de ação prevista na agenda externa de ambos, e este é o ponto culminante e fundamental para haver convergência nos foros multilaterais internacionais, corroborando para a efetivação e para o bom andamento da cooperação entre eles. Pois, sem características semelhantes, quanto à formulação de políticas, principalmente as desenvolvidas no plano externo, se torna quase impossível dois atores estatais coadunarem suas visões e assim, empreitarem atividades com objetivos comuns. Conforme pode ser percebido, tanto o Brasil quanto a Argentina almejavam a mesma meta, desenvolver-se tecnologicamente e prover o desenvolvimento da região, sempre de forma consciente e de forma pacífica.

4. O início da cooperação nuclear e o estabelecimento da ABACC

Conforme foi destacado, em meados da década de 70, ambos iniciaram as devidas evoluções em termos de infraestrutura para a construção de armamentos nucleares. Como um dos destaques, a Argentina nesta década deu início a construção de suas próprias instalações nucleares. No Brasil, na mesma época, tivemos “o convênio do século” firmado com a Alemanha, a fim de adquirir material de enriquecimento de urânio e reprocessamento de plutônio através da compra de reatores nucleares. Neste mesmo período tínhamos a presença dos ditadores no governo e com isto revelou-se uma disputa tecnológica nuclear entre os dois países, com o intuito de conquistar o posto de potência regional da América do Sul.

Da mesma forma que o período militar acirrou os ânimos e fez nascerem desconfianças, seu fim possibilitou o apaziguamento dos nervos, onde os países se dispuseram a verificações de suas instalações nucleares, esforçando-se para criar “uma Agência de Cooperação Nuclear para fins pacíficos.” Conforme fora supracitado, isto foi um ponto positivo ao Brasil, pois a Argentina e seu programa nuclear estavam em um estágio mais adiantado, mas este fator traria benefícios não só ao Brasil, mas também para a Comunidade Internacional, que estava alarmada com tamanho desenvolvimento, além de que licenciaria uma troca de tecnologia nuclear.

O primeiro encontro para discutir a temática da cooperação nuclear, se deu através da figura de Sarney e Alfonsín em 1985, como resultante deste encontro tivemos a “Declaração conjunta sobre política nuclear”, que objetivava o comprometimento dos dois

países no desenvolvimento de energia nuclear pacífica. Isto só foi possível pois a visão dos dois presidentes se coadunavam em torno da convicção de que a ciência e a tecnologia nuclear representavam papel fundamental e de grande relevância no desenvolvimento econômico e social.

Na década de 90, já com o governo de Collor (Brasil), e Carlos Menem (Argentina), tivemos a continuidade das assinaturas de acordos com caráter pacífico-técnicos, a exemplo da “Política nuclear comum”, em 28/11/1990, onde eles renunciaram formalmente às armas nucleares. (WROBEL, 1996 *apud* DIAS e BRAGA) Um ano depois, tivemos a assinatura do Acordo de Guadalajara, o qual embasava a decisão de permitir a inspeção das instalações nucleares. E como resultante destas ações tivemos o estabelecimento de negociações com a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) para criação efetiva da ABACC, fatos de sua importância para a sua efetiva criação.

Vale salientar também o Tratado de Tlatelolco, Tratado para a Proscrição das Armas Nucleares na América Latina e no Caribe. Tal Tratado foi concluído na Cidade do México em 14 de fevereiro de 1967, sendo sugerido pelo então presidente do México, Adolfo López Mateos. Contudo, só passou a vigorar internacionalmente em 25 de abril de 1969. De acordo com o Tratado, as nações signatárias concordam em que é necessária a proibição e prevenção de testes, uso, manufatura, produção ou aquisição, a guardar, instalação, movimentação ou posse de qualquer armamento nuclear. Isso tudo é proposto objetivando manter a região livre das armas nucleares.

Chegando a junho de 1991, tivemos então a criação da ABACC - a Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais, sendo propulsora da cooperação nuclear entre estes países e conforme seu site oficial, a ABACC, segundo sua página oficial na internet, pode ser definida como “[...] um organismo responsável por verificar se os materiais nucleares existentes em ambos os países estão sendo utilizados para fins exclusivamente pacíficos.” Está localizada no Rio de Janeiro e é composta por 16 funcionários, os quais dois deles pertencem ao Ministério de Relações Exteriores de cada país e das Comissões de Energia Nuclear do Brasil e da Argentina.

Tem como função primordial aplicar e administrar todo o material que fomenta as atividades nucleares do Brasil e da Argentina. O Sistema Comum de Contabilidade e Controle – SCCC tem como objetivo assegurar que tais materiais não sejam desviados para

fins que não foram autorizados. Através deste, as partes se comprometem em isentar-se de qualquer forma de ensaio, uso, fabricação, produção ou aquisição de qualquer dispositivo nuclear explosivo, explicita Diaz e Braga (2006. p. 505). Assim, lhes é permitido “usar a energia nuclear para propulsão ou operação de qualquer tipo de veículo, incluindo-se submarinos, visto que ambas as aplicações são pacíficas”. (*ibidem*)

A sua atuação está assentada na aplicação de proteção a todos os materiais nucleares que estão sob a tutela do SCCC. Sendo responsável por vistorias, verificações, inspeções de rotina ou *ad hoc* das informações que lhes são enviadas, atestando ou não a validade das mesmas. O Brasil é visitado por um inspetor da Argentina e vice-versa.

Toda possível anomalia é investigada e, no caso de confirmação de qualquer tipo de descumprimento de normas pré-acordadas, a agência notifica a parte infratora e solicita a devida normalização. Caso contrário, o fato é considerado descumprimento grave do acordo, e ocasiona suspensão total ou parcial do país, cabendo notificação à ONU (Diaz e Braga, 2006).

Diante disto, vemos que a ABACC tem uma relevante e importante credibilidade, não apenas diante da Comunidade Internacional, como também por proporcionar um permanente estado de confiança mútua entre o Brasil e a Argentina. Tudo isto se deve ao seu caráter pacifista e cooperativo. É saudosos destacar que “no dia 12/12/06, os Ministros das Relações Exteriores do Brasil e da Argentina, os Embaixadores Celso Amorim e Enrique Taiana, respectivamente, ratificaram a importância da ABACC ao longo de seus 15 anos”, conforme a página oficial da ABACC. Complementando isto, Sônia de Camargo apud Diaz e Braga, ressalta que “num contexto político autoritário em que o livre arbítrio, o segredo e a discricção fazem parte do próprio exercício do poder, dificilmente propostas de cooperação e de desenvolvimento regional poderiam encontrar campo de atuação”.

Assim, percebemos que não é só pela conjuntura, como também pela devida conduta cooperativada adotada pelo Brasil e pela Argentina, foi-se possível haver esta cooperação, que se faz de suma importância nos últimos tempos, visto que os Estados estão cada vez mais gananciosos e que também graças a contribuição de outros organismos, a exemplo a CNEN - Comissão Nacional de Energia Nuclear, a relação bilateral entre a Argentina e o Brasil, é possível e até agora se mostra bem sucedida, sendo espalhada para outros

departamentos como o estratégico e o diplomático, beneficiando a pesquisa e a produção / evolução nuclear.

Considerações finais

Conforme tudo que foi exposto, ficou entendido que o Brasil e a Argentina começaram a desenvolver suas capacidades tecnológicas nucleares isoladamente, cada um a sua maneira. Com o intuito de não deixar, que por acaso, um viesse a se sobrepor ao outro, de encontrar uma saída aos regimes que restringiam a tecnologia nuclear, e devido às cobranças da Comunidade Internacional, esses países começaram a se aproximar, passando a ter programas nucleares em conjunto, o que angariou benefícios mútuos.

Juntos, esses países atingiram um avançado estágio de capacitação técnico-científico no campo nuclear, reunindo todas as condições demandadas para a fabricação do artefato atômico em um curto espaço de tempo, seja em conjunto ou isoladamente, sendo dependentes apenas de uma decisão política. Desta maneira, podemos entender, que trabalhando conjuntamente, os dois países possuirão um arsenal e um conhecimento técnico - científico de grande porte. Isto é tão verdade, que foi necessário a criação/ estabelecimento de uma agência que vistoriasse e controlasse de todo o material que seria implementado na construção de suas experiências, a ABACC, que atualmente, pode-se dizer, está cumprindo com grande valia a sua função, apesar de ter sido destacado, desde o início que tal cooperação não visava interesses bélicos.

A globalização e a revolução da informação na contemporaneidade permitem constatar que a cooperação nuclear entre o Brasil e Argentina, além de proporcionar vantagens econômicas para esses dois países, fortalece a integração entre os países da região, assim como dá maior credibilidade ao MERCOSUL, apresenta um grande potencial estratégico de dar visibilidade e inserir o hemisfério Sul no cenário internacional, já que esses países juntos são mais fortes frente à realidade multipolar.

Destarte, esta cooperação tem todo um potencial para continuar a caminhar, e por sinal, a render bons frutos, o único entrave que se pode ter são as barreiras políticas e diplomáticas, o que só cabe a eles quebrá-las e levando então adiante esta cooperação que é muito promissora.

Referências

- ABACC. **Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares**. Disponível em: [<http://www.abacc.org/port/index.asp>]. Acesso em 8/06/2010.
- BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Divisão de atos internacionais**. Disponível em [<http://www2.mre.gov.br/dai/tlatelolco.htm>]. Acesso em 10/06/2010.
- DIAZ, Carla M^a da S.; BRAGA, Paula Lou’Ane M. Rivalidade entre Brasil e Argentina: construção de uma cooperação pacífico-nuclear. **Revista de Ciências Humanas**. EDUFSC, N^o 40, 2006, p.491-508. Disponível em: [http://www.cfh.ufsc.br/~revista/rch40/RCH40_artigo_11.pdf]. Acesso em 12/06/2010.
- HIRST, Mônica; BOCCO, Héctor Eduardo. Cooperação nuclear e integração Brasil – Argentina. **Contexto nuclear**. Rio de Janeiro, V.4, N^o 9, 1989, p.63-78.
- NUCTEC. **A energia nuclear no Brasil**. Disponível em [<http://www.nuctec.com.br/educacional/enbrasil.html>]. Acesso em 9/06/2010.
- OLIVEIRA, Odete Maria. A integração bilateral Brasil-Argentina: Tecnologia nuclear e Mercosul. **Revista Brasileira de Política Internacional**. V.41, N^o 1, 1998, p. 5-23.
- OLIVEIRA, Rafael Ribeiro de. **Cooperação Nuclear Brasil-Argentina: da década de 1970 à adesão ao TNP**. Disponível em [<http://www.fasm.edu.br/index.php/Materia/2/121>]. Acesso em 07/06/2010.
- Tratado de Tlatelolco. Disponível em [<http://www.opanal.org/opanal/Tlatelolco/P-Tlatelolco-e.htm>]. Acesso em 15/06/2010.